



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS-CAMPUS III
CURSO DE LETRAS**

OTACÍLIO ANTONIO DA SILVA

LEITURA EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

GUARABIRA - PB

2014

OTACÍLIO ANTONIO DA SILVA

LEITURA EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Trabalho apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Letras da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciado em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dra. Adriana Sales Barros

GUARABIRA - PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S5861 Silva, Otacílio Antonio da
Leitura em educação de adultos [manuscrito] : / Otacílio
Antonio Da Silva. - 2014.
19 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.
"Orientação: Adriana Sales Barros, Departamento de Letras".

1. Leitura. 2. Aprendizagem. 3. Educação de Adultos. I.
Título.

21. ed. CDD 028

OTACÍLIO ANTONIO DA SILVA

LEITURA E ESCRITA EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Trabalho apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Letras da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciado em Letras.

Aprovada em: 14/07/2014.

BANCA EXAMINADORA

Adriana Sales Barros

Orientadora: Prof.^a Dra. Adriana Sales Barros
Orientadora

Prof.^a MS. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira
Examinadora

Aluska Peres Araújo

Prof.^a Ms. Aluska Peres Araújo
Examinadora

Dedico este trabalho a todos que me incentivaram durante esta trajetória na conclusão do curso de Licenciatura plena em Letras, especialmente a dona Maria Tereza de Sousa Silva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força, fé e determinação que Ele me concedeu durante a conclusão deste curso.

Ao meu irmão Abraão, que durante os quatro anos de estudo na UEPB foi compreensivo nas poucas horas que o deixei me aguardando em casa com na ansiedade de ouvir minha voz, receber um abraço e em seguida dar-lhe um banho. Ele é pessoa com deficiência (deficiente físico, não anda, não fala, apenas escuta). Com a minha chegada ele ficava cheio de alegria e isso deixava-me emocionado.

As senhoras Cida e Zélia que cuidaram de nós, a vocês meus agradecimentos. Saibam que também fizeram parte dessa história de alegrias. Por fim, a minha avó, senhora Emília, que com 97 anos também marcou esse momento.

A minha orientadora professora Adriana Sales Barros, pela paciência em sanar todas as minhas dúvidas, sempre que foi necessário.

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa sobre leitura e escrita na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), envolvendo alunos da Escola Estadual de Ensino Médio Governador Clóvis Bezerra Cavalcanti, no Município de Dona Inês/PB. Será feita uma avaliação sobre o nível de leitura e de escrita dos educandos da referida modalidade de ensino, e executar atividades que sanem as dificuldades encontradas no seu ensino aprendizagem de leitura. Nosso norte teórico é composto dentre outros pelos estudiosos a seguir: BRASIL(2000), kleiman (1999) e Lopes(2005).Através desta pesquisa foi detectado que os materiais didático-pedagógicos não são elaborados de acordo com a realidade do aluno de EJA, e por isso muitos deles encontram dificuldades de ler com proficiência os textos propostos no referido material. Portanto, esperamos que ao final deste estudo possamos ter contribuído para uma melhor aprendizagem, que possibilite ao aluno o pensamento positivo, crítico, construtivo, argumentativo, enfim saiba exercer seus direitos e cumprir com seus deveres através da leitura.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos (EJA), leitura, aprendizagem.

ABSTRACT

This is a research on reading and writing in the form of Youth and Adult Education (EJA), involving students of the State High School Clovis Governor Bezerra Cavalcanti, in the City of Inez / PB. The level of reading and writing of learners of that type of education will be diagnosed, and activities that address deficiencies found in their teaching-learning reading. Our theoretical basis is composed among others by the following scholars: BRAZIL (2000), Kleiman (1999) and Lopes (2005). Through this research it was found that the teaching-learning materials are not prepared in accordance with the reality of student EJA, and so many of them have difficulties with Reading proficiency in the proposed texts of such material. So hopefully by the end of this study may have contributed to better learning, which allows students to positive thinking, critical, constructive, argumentative, finally learn to exercise their rights and fulfill their duties through reading.

Key- words: Educação de Jovens e adultos (EJA), reading, learning.

LISTA DE SIGLAS

EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

LDBEN – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

MOBRAL – MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

SUMÁRIO

1. HISTÓRIA DA EJA	9
1.1. O MOBREAL	9
2. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	10
3. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL	12
4. AS LEGISLAÇÕES	15
5. LEITURA E A EJA	16
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
7. REFERÊNCIAS.....	18

INTRODUÇÃO

Focalizaremos neste trabalho as dificuldades de leitura existentes no ensino- aprendizagem do aluno do ensino médio na modalidade de EJA, na Escola Estadual de Ensino Médio Clóvis Bezerra Cavalcanti, localizada a Rua Professor Odilon Matias de Araújo, 156 – Centro – Dona Inês/PB. Esta leitura é de fundamental importância para o aluno cursista, pois às vezes ele chega tímido e dominado pelo cansaço à escola e não desanima porque seu desejo é vencer como cidadão brasileiro. É comum que ele já traga conhecimentos prévios de leitura haja vista sua experiência de vida e a partir daí o docente passa a trabalhar a partir desta experiência para levá-lo a conhecer de perto a leitura.

Será executado na 1ª, 2ª e 3ª séries de EJA vários debates orais com fatos da atualidade em que eles sintam-se envolvidos na sociedade, envolvê-los dentro do tema para que eles participem ativamente, sejam críticos, e percam a timidez que muitos ainda sentem ao chegar em sala de aula.

Nosso objetivo geral é propor possibilidades de erradicação existentes na leitura e escrita do aluno de EJA no ensino médio, levando-o a descobrir no mundo da leitura quais são seus direitos e deveres para que assim possa usufruir melhor do que lhe são de direitos.

Trabalharemos também baseados em dois objetivos específicos, quais sejam: desenvolver no educando habilidades de leitura e interpretação, e interesse de concluir seus estudos; e despertar o desejo de ingressar no mercado de trabalho exercendo seus direitos e deveres como cidadãos.

Esperamos que após a realização deste trabalho o nosso aluno perca a ilusão de que ele é inferior ao aluno do ensino regular, exclua esse preconceito, torne-se grande leitor na sociedade em que vive produzindo tudo aquilo que o leve ao bem e que pensando positivo será vencedor de todas as batalhas. Sabendo ele que o importante foi concluir o ensino médio temos a convicção que ele ingresse no ensino superior e ao concluir tenham maiores oportunidades no mercado de trabalho.

Nosso trabalho justifica-se pelo fato da necessidade de sanar essa lacuna da falta de leitura que predomina na aprendizagem dos jovens e adultos do

nosso país, de forma específica na escola mencionada. Temos expectativas de que nossa meta e objetivos serão alcançados durante a execução das atividades e ao final do assunto em pauta.

1. HISTÓRIA DA EJA

A história da EJA no Brasil está muito ligada a Paulo Freire. O sistema Paulo Freire, foi desenvolvido na década de 60, e teve sua primeira aplicação na cidade de Angicos/RN. E, com o sucesso da experiência, passou a ser conhecido em todo o país, sendo praticado por diversos grupos de cultura popular. A Constituição de 1934 estabeleceu a criação de um Plano Nacional de Educação, que indicava pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado, incluindo em suas normas a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva para adultos. (WWW.google.com.br, em 15 de julho de 2014, às 16h).

Sabemos que o ensino de EJA em nosso país está cada vez mais se expandindo por todo território brasileiro e seu objetivo principal é erradicar o analfabetismo daquelas pessoas que na faixa etária não tiveram acesso a uma sala de aula onde pudessem aprender a ler e a escrever, bem como concluir o ensino fundamental e Ensino Médio, até mesmo cursar o ensino superior. Os livros didáticos vindos do governo federal trazem informações que leva o sujeito a ser crítico e lidar com as exigências de um mundo em transformação nessa sociedade. O ideal seria que os conteúdos desses livros fossem voltados para a realidade do aluno, por exemplo, como interpretar uma conta de luz, conta de água, conta de telefone, receitas, bula de remédios, etc.

1.1. MOBRAL

O MOBRAL foi um projeto do governo brasileiro, criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando "conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida". Criado e mantido pelo regime militar, durante anos, jovem e adulto freqüentaram as aulas do MOBRAL, cujo objetivo era

proporcionar alfabetização e letramento a pessoas acima da idade escolar convencional. A recessão econômica iniciada nos anos 80 inviabilizou a continuidade do MOBREAL, que demandava altos recursos para se manter. Seus Programas foram assim incorporados pela Fundação Educar. (WWW.google.com.br, em 15 de julho de 2014, às 16:22h).

O que se observa, na prática, são pessoas voltando aos bancos das salas de aula em busca de uma certificação básica, para ficarem aptas ao mundo do trabalho. O indivíduo ingressa nessa modalidade de ensino a partir dos 15 anos de idade, idade essa que ele poderia ter concluído o ensino fundamental regular. A LDBEN/96 diz em seu Art. 37º. que “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Diante desta afirmação concluímos que nunca é tarde para aprender a ler e escrever com dignidade e prontidão nos estudos.

2. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

De acordo com As Orientações Curriculares Nacionais, o ensino médio, deve atuar de forma que garanta ao estudante a preparação básica para o prosseguimento dos estudos, ou seja, o aluno após conclusão do ensino médio deve ingressar no ensino superior. No capítulo 1, BRASIL(2006,p. 17 ela diz que: “Uma discussão sobre o papel da disciplina Língua Portuguesa no contexto do ensino médio deve envolver, necessariamente, uma reflexão sobre o projeto educativo que se quer implementar nesse nível de ensino. Considerando-se que a LDBEN/96 torna o ensino médio como etapa final da educação básica, essa fase de estudos pode ser compreendida como o período de consolidação e aprofundamento de muitos dos conhecimentos construídos ao longo do ensino fundamental,

No entanto esperamos, que essa etapa de formação e desenvolvimento de capacidades que possibilitem ao estudante;

- (i) avançar em níveis mais complexos de estudos;
- (ii) integrar-se ao mundo do trabalho, com condições para prosseguir, com autonomia, no caminho de seu aprimoramento profissional;

(iii) atuar de forma ética e responsável, na sociedade, tendo em vista as diferentes dimensões da prática social”

Os livros didáticos pedagógicos voltados para o ensino de EJA estão distante de serem um material adequado para esse tipo de aluno, uma vez que não são elaborados de acordo com a sua realidade. No entanto, vimos jovens e adultos retornarem a sala de aula com intuito de concluir o ensino fundamental ou ensino médio, e isso acontece devido à necessidade de crescer profissionalmente e intelectualmente. Sabe-se que nos dias atuais para ser engajado no mercado de trabalho é necessário que tenha determinado grau de instrução, por isso, é importante sua volta aos bancos escolares.

As Diretrizes Curriculares Nacionais orientam o docente a trabalhar com o aluno no ensino regular e EJA. Sendo ela elaborada pelo MEC o educador segue suas orientações em sala de aula, assim consegue transmitir conhecimentos aos discentes.

De acordo com BRASIL (2000,P.06), as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos:

o não estar em pé de igualdade no interior de uma sociedade predominantemente grafocêntrica, onde o código escrito ocupa posição privilegiada revela-se como problemática a ser enfrentada. Sendo leitura e escrita bens relevantes, de valor prático e simbólico, o não acesso a graus elevados de letramento é particularmente danoso para a conquista de uma cidadania plena.

Na citação acima percebemos que o objetivo de oferecer aos jovens e adultos não alfabetizados, é retornar as salas de aula e permitir aos mesmos melhores condições de leitura, só assim terão oportunidades no mercado de trabalho. Um dos agravantes problemas que essa modalidade possui é que os estudantes acabam por serem forçados a entrar em um sistema com uma carga horária de aulas presenciais, alegando que o ensino é basicamente à distância, ou seja, os estudantes precisam ser autônomos. Ao deparar-se com a realidade dos estudantes brasileiros, que são frutos de um sistema cheio de problemas, principalmente em relação à leitura, vimos a necessidade de rever o sistema criado para esse ensino e buscar alternativas para amenizar a situação dos estudantes que já são parte deste processo. Ao pesquisar os reais impactos

desse processo na educação dos jovens e adultos e os materiais didáticos disponíveis para as aulas, procuramos encontrar quais teorias são de acordo com BRASIL (2013, p. 391) das Diretrizes Curriculares empregadas para fundamentar tal ensino e que encaminhamentos são propostos para esta modalidade e se as teorias e os materiais têm condições de atender as necessidades dos estudantes que pertencem a este sistema de ensino. É necessário que a linguagem utilizada pelo docente esteja de acordo com o nível de desenvolvimento que é proposto aos discentes quanto a sua formação cidadã na vida social e intelectual.

3. A EJA NO BRASIL

Ressaltamos que o ensino voltado especificamente para o EJA não é recente, mas a história mostra que durante muito tempo se ensinava principalmente aos adultos, as crianças apenas tinham acesso a alguma instrução em particular quando os pais tinham melhores condições financeiras. É Santos (2008, p. 01) revela que: “Nos períodos de Colônia e Império, os Jesuítas dominaram a educação com a intenção de difundir o catolicismo e dar educação à elite colonizadora, a quem se oferecia uma educação humanística. Esse domínio compactuava com os interesses do regime político que visava à manutenção da ordem”. Sendo assim, dar-se a entender que desde a época da chegada dos portugueses ao Brasil, o ensino do ler e escrever aos adultos indígenas, ao lado da catequese constituiu-se de uma ação prioritária no interior do processo de colonização.

Essa retrospectiva educacional inicia-se desta forma: a educação a serviço de interesses políticos e colonizadores, que infelizmente ainda predomina em nosso país, pois o ensino aos nativos era a forma encontrada para dominá-los com maior força, e assim não tinha necessidade de diminuir a população que seria utilizada para o trabalho escravo.

As pessoas do período colonial que recebiam instrução de boa qualidade eram os filhos dos ricos. Comparando a isso, Santos (2008, p. 3) assegura que:

Os colégios de formação religiosa abrigavam os filhos da elite; freqüentar também os que não queriam se tornar padres, mas que não tinham outra opção a não ser seguir as orientações jesuítas, que evoluíram para o plano de estudos da Companhia de Jesus, e

articulava um curso básico de Humanidades com um de Filosofia seguido por um de Teologia, que, a depender dos recursos, culminava com uma viagem de finalização à Europa. Para essa parte da população ainda havia o acesso a escolas.

Ainda com relação ao ensino EJA, a situação era ainda pior para as mulheres; entre estas, somente as de famílias ricas recebiam instruções geralmente em casa. O restante da população feminina era excluída do acesso à educação. Os registros apontam para poucas mulheres que sabiam ler e escrever. A situação da EJA, no período de início da industrialização, no Brasil passa por novas transformações.

Para Lopes (2000, p. 207) fala que:

Com a vinda de D. João VI para o Brasil, em janeiro de 1808, retomase o processo de desenvolvimento industrial a partir da permissão de abertura de novas fábricas, inaugurando-se dessa forma uma nova era para o setor de aprendizagem profissional. [...]A solução encontrada na época foi a aprendizagem compulsória, que consistia em ensinar ofícios às crianças e aos jovens, que na sociedade não tivessem outra opção, como era o caso dos órfãos e desvalidos, que eram encaminhados pelos juízes e pela Santa Casa de Misericórdia aos arsenais militares e da marinha.

Percebemos que nesse trecho da história a preocupação em educar era unicamente para garantir a mão-de-obra e evitar problemas sociais, onde podemos destacar no que os jovens que faziam parte desse projeto de educação eram os que estavam em situação de vulnerabilidade de risco social. Ainda nesse período da era colonial surge, segundo Lopes (2000, p. 207) um Projeto de Lei sobre a Instituição Pública do Império do Brasil, que era para estabelecer leis que organizavam o ensino público no Brasil e atingia todos os níveis educacionais existentes na época: “Pedagogias, destinados ao primeiro grau; Liceus, utilizados para o segundo grau; Ginásios, que era o terceiro grau; e as Academias, que era o ensino superior”.

Essa foi a primeira legislação que regulamentou o ensino no Brasil, e passou a garantir ensino a todos os cidadãos, inclusive as meninas passaram a ter acesso à educação. Após um ano de debate, o projeto foi aprovado na Câmara dos deputados em 1827, com a inclusão de obrigatoriedade, por parte das meninas, de aprendizagem de costura e de bordados [...] (LOPES, 2000, p. 209) apesar de parecer aos dias atuais essa conquista pouco produtiva, para a

época já era um grande progresso. O governo, ainda nesse período, mais especificamente em 1834, incentivou o ensino para adultos, principalmente para os não alfabetizados. O único problema é que os objetivos relacionados a esse ensino hoje parecem ser inadequados, ou seja, não há uma capacitação profunda relacionada a aprendizagem do educando em pauta, neste caso o aluno de EJA.

É STEPHANOU; BASTOS, 2005, p.260), diz que:

O ensino para adultos parecia assumir um caráter de missão para aqueles que a ele se propusessem, na medida em que os professores que ensinavam durante o dia não receberiam nenhum salário ou gratificação para abrir as aulas noturnas. Parece estar inseridos assim, em uma ampla rede de filantrópica que se deu no século XIX, como forma das elites contribuírem para a “regeneração” do povo. O ensino para os adultos tinha como uma de suas finalidades a “civilização” das camadas populares consideradas principalmente as urbanas, no século XIX, como perigosas e degeneradas.

Na citação mencionada, entendemos que hoje na área educacional há uma visão pouco produtiva uma vez que a falta de investimentos por parte dos governantes ainda prevalece nesta área. Com a Proclamação da República a educação passa a ter mais um elemento aliado que era a ideologia de transformar o Brasil em um país industrialista, pois assim o país atingiria o progresso, a independência e a emancipação política, assim, afirma Lopes (2000, p.213). A constituição de 1891, que passou a proibir analfabetos de votarem, mostrou um Brasil com 80% da população incapaz de votar. Segundo Stephonou e Bastos (2005, p. 260), isso provocou nas autoridades e intelectuais da época um sentimento de “vergonha” em relação aos países já em desenvolvimento. Um movimento que deu impulso a esta regularização e começou a chamar atenção das autoridades coincide com as obras escritas por Paulo Freire. Este um árduo defensor da democratização da educação e que segundo ele “mulheres e homens aprendem. Por isso somos os únicos em quem aprender é uma aventura criadora, algo, meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito”.

Uma educação popular que valorize os saberes prévios do povo e suas realidades culturais na construção de novos saberes. Que desenvolva um olhar crítico, que facilite o desenvolvimento da comunidade em que o educando está

inserido, estimule o diálogo e a participação comunitária, possibilitando uma melhor leitura de realidade social, política e econômica, bem como a formação de sujeitos com conhecimento e consciência cidadã.

4. AS LEGISLAÇÕES

Como vimos anteriormente, a EJA passou por muitas mudanças. Entre as legislações que marcaram o início de uma nova visão para a educação de maneira geral foi a Constituição Federal de 1988, no *Capítulo III, (da educação, da Cultura e do Desporto. P. 134)* sua principal atribuição:

Artigo 205“

”é direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” .

Artigo 206“O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (EC nº 19/98):

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- IV Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Artigo 208:

- I. “O ensino fundamental é obrigatório e gratuito, inclusive, sua oferta é garantida para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

Assim podemos afirmar que o ensino passou a ser obrigatoriedade do Estado para garantir acesso à escola para todos os cidadãos brasileiros. O interesse para a EJA somente tomou maiores proporções quando o autor Paulo Freire e outros teóricos começaram a problematizar esta forma de ensino, salientando sua importância e dando valor igualitário a outros métodos de educar. Um dos métodos partia dos conhecimentos prévios do aluno através de questionamento diversificado fazendo o aluno pensar e compreender a realidade. Assim a EJA vai definindo sua identidade, aparecendo sempre como forma de campanha nacional de massa. Na maioria das vezes o principal objetivo era erradicar o analfabetismo, inclusive até os dias atuais essa ainda é

uma meta por partes dos governantes das esferas municipais, estaduais e federal.

5. LEITURA E A EJA

Em relação aos jovens e adultos, é considerado não alfabetizado aquele sem qualquer conhecimento da escrita. Muitos têm a leitura de suas experiências vividas no meio da sociedade, ou seja, sabem lutar pelos seus direitos e cumprir com seus deveres.

Existem também os considerados semi-analfabetos, ou seja, aqueles que dominam alguns rudimentos da linguagem escrita, mas de forma bastante restrita. Como a leitura é o principal foco deste trabalho foi feito vários testes de sondagem com os discentes de EJA utilizando histórias em quadrinhos, conta de luz, água, energia e receitas diversificadas. Isso é o que eles vivenciam no seu dia a dia e por isso despertam seu interesse de leitura. Esses discentes contam com aulas presenciais e a conclusão do ensino médio se resume em um ano e seis meses, quer dizer, a cada seis meses é concluída uma série. Para Matêncio (1994, p. 15):

A função da escola seria, para a grande parte dos educadores, propiciar aos alunos caminhos para que eles aprendessem, de forma consciente e consistente, os mecanismos de apropriação de conhecimento, assim como a de possibilitar que os alunos atuassem criticamente em seu espaço atual.

Pensando desta forma, serão analisados os materiais didáticos da EJA ,observando se eles permitem um aprendizado de forma consciente e consistente, tanto na parte textual quanto na parte de atividades. No entanto, nesse espaço cabem as discussões sobre a forma adequada para o desenvolvimento da leitura. É importante ressaltar que o público alvo dessa pesquisa já é alfabetizado e, portanto, o que se espera desses estudantes é ampliar a proficiência em leitura e escrita. Para ampliação desses conhecimentos, inúmeros autores discutem, e apresentam estratégias e caminhos que facilitam esse ensino e garantem maior qualidade a esta aprendizagem. Nesta pesquisa a discussão sobre leitura ficará restrita a sua utilização em sala de aula por meio de materiais didáticos.

É Kleiman (2001, p. 34), quem fala sobre as atitudes e o papel do professor:

o papel do professor não é apenas receptivo, a sua contribuição não está limitada a adequar sua prática as descobertas na área. Isso significa dizer que ele (o professor) produz conhecimento na medida em que identifica e avalia resultados e efeitos não previstos nos seus educandos em sala de aula.

Apesar de ser necessário pensar em uma proposta de ensino de leitura adequada e qualitativa para esses estudantes, como relata a autora, o professor precisa estar atento para não valorizar mais um ou outro aspecto. Deve trabalhar sempre com base na realidade do discente, trazendo para sala de aula temas diversificados que despertem nele o interesse na leitura e aprofundamento pelos estudos. Kleiman (2001, p. 35) ainda afirma que “A proposta metodológica surge de uma percepção e avaliação da realidade, visando incorporar todos aqueles aspectos relevantes para a modificação e mudança numa perspectiva global”. Podemos dizer em outras palavras que nenhum profissional da educação pode escolher uma metodologia para o ensino da leitura, não cabe a ele levar em conta outra forma de passar a leitura ao seu aluno, caso contrário não terá êxito no seu profissional.

Ainda de acordo com as Orientações Curriculares Nacionais, p.21, as variações encontradas no processo de produção e/ou recepção encontradas no processo de produção e/ou recepção dos textos em suas múltiplas dimensões:(a) lingüística, vinculada, portanto, aos recursos lingüísticos em uso (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais);(b) textual, ligada, assim, à configuração do texto, em gêneros discursivos ou em sequências textuais (narrativa, argumentativa, descritiva, injuntiva, dialogal); (c) sociopragmática e discursiva, relacionada, por conseguinte: aos interlocutores;aos seus papéis sociais (por exemplo, pai/filho, professor/aluno, médico/ paciente, namorado/namorada, irmãos, amigos, etc.). Após análise das citações acima percebemos que os textos passam a ser visto como uma totalidade que só se alcança esse “status” por um trabalho conjunto de construção de sentidos, já

que a leitura é uma das formas de se comunicar formalmente, assim faz com que indivíduo seja capaz de buscar novas informações na sociedade.

6. CONSIIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a educação em grande parte depende da iniciativa política do nosso país, uma vez que é dela que partem os projetos e a garantia para o seu funcionamento, devemos a partir deste pressuposto dar continuidade, pois de certa forma os educadores estão preparados para lutar por uma educação qualitativa para os educandos de EJA, propiciando ao aluno o refinamento de habilidades de leitura e escrita, de fala e de escuta. Fazendo assim, despertará no aluno o prazer pela leitura e conhecimentos dos fatos que ocorrem na sociedade e às vezes por falta de leitura ele não fica informado do que acontece ao seu redor. Diante do exposto, é necessário mais investimentos e ação no ensino voltado ao EJA, pois o aluno já perdeu parte do seu estudo. Sendo assim, com nosso trabalho relacionado a esta modalidade de ensino, esperamos que esse ser tenha oportunidades de discutir, construir e evoluir cada vez mais, seja qual for a situação.

Como tentativa para erradicar as dificuldades existentes na leitura do aluno de EJA pretendemos executar em sala de aula várias atividades de leitura (histórias em quadrinhos, fábulas, crônica, concurso de leitura; etc.) para despertar neste aluno o interesse por uma nova descoberta de leitura. Desenvolveremos ainda produção textual a partir dos conhecimentos prévios vividos no meio em que eles vivem, ou seja, a realidade do seu cotidiano, pois dessa forma estaremos propiciando direito de interpretar textos, diferenciar crônica de uma fábula, ou mesmo de uma poesia. A partir daí temos a certeza que nosso aluno terá mais interesse nos estudos, uma vez que esses eram nossos objetivos de estudo.

7.REFERÊNCIAS

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia da Autonomia**. Paz e Terra LTDA, São Paulo: 2011, p. 68

HISTÓRIA DA EJA pesquisado em [www..google.com.br](http://www.google.com.br), em 15 de julho de 2014, às 16h.

KLEIMAN, Ângela. **Texto e leitor: Aspectos cognitivos da leitura**. 6ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 1999.

LOPES, Eliane Marta Teixeira (org). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. **Leitura, produção de textos e a escola:** reflexões sobre o processo de letramento. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1994.

O MOBREAL pesquisado em [www..google.com.br](http://www.google.com.br), em 15 de julho de 2014, às 16:22h.

SANTOS, Ivonete Maciel Sacramento dos. **Trajetória da Educação de jovens e adultos.** (1) Acesso em: 05/10/2008. Disponível em<[http://www.webartigos.com/articles/4105/1/a-educacao-de-jovens-e-adultos-nobrasil/ pagina1.html](http://www.webartigos.com/articles/4105/1/a-educacao-de-jovens-e-adultos-nobrasil/pagina1.html).

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005. Constituição Federal de 1988, capítulo III (da educação, da Cultura e do Desporto, p. 134).